

ANEXO I

MODELO DE DOCUMENTO DE PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular, o(a) Sr.(a) _____
(outorgante), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o
nº _____, RG nº _____, sexo
_____, nacionalidade _____, natural de
_____, UF _____, estado
civil _____, residente
à _____, no
município de _____, UF _____ nomeia e constitui
como procurador (a) _____ (outorgado), inscrito (a)
no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº _____, RG
nº _____, sexo _____,
nacionalidade _____, natural de _____, UF _____,
estado civil _____, residente
à _____, no município de
_____, UF _____, conferindo-lhe poderes para
requerer, junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a
regularização fundiária da ocupação do imóvel
denominado _____, localizado na
Gleba _____, no município de _____,
UF _____, bem como praticar os atos processuais necessários e
receber notificações no seguinte endereço: _____.

Data, local

Assinatura (outorgante)

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACORDO

Pelo presente instrumento, eu, _____, CPF nº _____, e eu, _____, CPF nº _____, declaramos que foi realizado acordo em relação aos limites das ocupações, conforme parcelas submetidas ao Sistema de Gestão Fundiária (Sigef) sob os códigos:

- 1.Parcela código N° xxxxxx;
- 2.Parcela código N° xxxxxx.

Data, local

Assinatura do declarante

ANEXO III

MODELO DE REVOGAÇÃO DE PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento, eu, _____, CPF nº _____, informo que fica revogada a procuração concedida ao (à) Sr(a). _____, CPF nº _____, para fins de requerer, junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a regularização fundiária da ocupação do imóvel denominado _____, localizado na Gleba _____, no município de _____, UF _____.

Data, local

Assinatura

ANEXO IV

DOCUMENTOS PARA COMPROVAÇÃO DE OCUPAÇÃO ANTERIOR A 05 DE MAIO DE 2014:

1. Títulos emitidos pelos governos federal ou estadual;
2. Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR);
3. Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP);
4. Comprovante de pagamento de Imposto Territorial Rural (ITR);
5. Cadastro em órgãos de assistência técnica;
6. Protocolo de abertura de processo em órgão público;
7. Nota fiscal de insumos agrícolas;
8. Multas/notificações de órgãos ambientais;
9. Nota fiscal de compra e venda da produção;
10. Guia de transporte animal;
11. Cartão de vacinação do rebanho animal;
12. Cartão de produtor;
13. Contratos de cessão de área entre particulares.

Obs.: Todos os documentos de comprovação devem possibilitar a vinculação com a área requerida.